

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.311.499 - SC (2018/0143573-0)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : GRACHER EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA
ADVOGADOS : PATRÍCIA APARECIDA SCALVIM SCHMITZ - SC012259
ANTONIO CARLOS GOEDERT - SC012076
FABIANA ELIZABETE BACKES - SC025476
MARIA HELENA CARDOSO E OUTRO(S) - SC033512
AGRAVADO : MARCOS ANTONIO MELZI
ADVOGADOS : JONAS ANTÔNIO WERNER - SC006598
JOSÉ CARLOS SCHMITZ - SC004782
ALEXANDRE PEREIRA ASSIS E OUTRO(S) - SC022763

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AÇÃO COMINATÓRIA. CESSAÇÃO DE ATIVIDADES COMERCIAIS. ALEGADO JULGAMENTO 'CITRA PETITA'. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. ANÁLISE DE NORMAS DE CARÁTER LOCAL. RECURSO ESPECIAL - VIA INADEQUADA. SÚMULA 280/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por GRACHER EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA, em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, aviado pelas alíneas "a" e "c" do art. 105, III, da Constituição Federal, ao fundamento de incidência das Súmulas 07/STJ e 284/STF (e-STJ fls. 450-452).

Em suas razões, infirmou especificamente as razões da decisão agravada (e-STJ fls. 455-465).

No recurso especial, a parte recorrente alega ofensa aos arts. 141 e 492, ambos do Código de Processo Civil de 2015, ao art. 62 da Lei Complementar N. 78/2000, e ao art. 250 da Lei Complementar Municipal N. 034/94, sustentando, em síntese, julgamento *citra petita*, uma vez que a sentença, mantida pelo acórdão recorrido, limitou-se a determinar que o agravado não

mais dispusesse móveis, como barracas e mesas, no passeio público, sem apreciar o pleito referente à cessação das atividades do recorrido no ponto em que se instalou, bem como que o recorrido não preenche os requisitos legais para manter-se em funcionamento na Av. Consul Carlos Renaux, devendo suas atividades, naquela localidade, serem interrompidas definitivamente.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 449).

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo Nº 3/STJ.

Ato contínuo, percebe-se que a irresignação não merece acolhida.

A parte recorrente, em sede de recurso especial, alega ofensa aos arts. 141 e 492, ambos do Código de Processo Civil de 2015, ao art. 62 da Lei Complementar N. 78/2000, e ao art. 250 da Lei Complementar Municipal N. 034/94, sustentando, em síntese, julgamento *citra petita*, uma vez que a sentença, mantida pelo acórdão recorrido, limitou-se a determinar que o agravado não mais dispusesse móveis, como barracas e mesas, no passeio público, sem apreciar o pleito referente à cessação das atividades do recorrido no ponto em que se instalou, bem como que o recorrido não preenche os requisitos legais para manter-se em funcionamento na Av. Consul Carlos Renaux, devendo suas atividades, naquela localidade, serem interrompidas definitivamente.

O acórdão recorrido, por sua vez, assim assentou (e-STJ fls. 383-384):

Nas ações que tenham por objeto a prestação de fazer ou de não fazer, vigora o princípio da primazia da tutela específica, segundo o qual o juiz, ao julgar o pedido, de ofício ou a requerimento da parte, concederá a tutela específica ou, então, determinará todas as providências necessárias para assegurar a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente para a satisfação da da parte autora (arts. 461, caput, do Código de Processo Civil de 1973; e 497, caput, e 536, caput, do Código de Processo Civil de 2015), sem que isso torne a decisão ultra,

Superior Tribunal de Justiça

extra ou citra petita, mitigando-se, assim, o princípio dispositivo, da adstrição ou da congruência (arts. 2º, 128, 262 e 460 do Código de Processo Civil de 1973; e 2º, 141 e 492 do Código de Processo Civil de 2015), em homenagem maior ao propalado princípio da efetividade (art. 6º do Código de Processo Civil de 2015). (...)

Com efeito, vê-se que a autora formulou pretensão de determinação cessação das atividades comerciais do réu em razão do alegado prejuízo causado ao sossego de seus hóspedes e, por consequência, ao desempenho de suas atividades comerciais hoteleiras.

*Dessa feita, nada obstante o togado de piso não tenha visualizado ilegalidade nas atividades do réu de forma a lhe poder determinar a cessação, **entendeu por adequado ofertar tutela com resultado prático equivalente, qual seja, a vedação de colocação, na via pública ou nas calçadas, de móveis e de outros utensílios, como mesas, cadeiras e barracas, o que, então, por consequência, tenderá a obstar a aglomeração de pessoas no local, a sua manutenção por muito tempo, a propagação de conversas em horários noturnos e, até mesmo, tende a reduzir a presença de veículos com som automotivo, pois ali não tenderão a ficar se não houver espaço para acomodação, com mesas, cadeiras e barracas em via pública.***

Logo, tendo o sentenciante se valido do princípio da primazia da tutela específica, com a oferta de tutela apta ao alcance de resultado prático equivalente, na extensão cabível na espécie, não há falar, então, que a sentença tenha sido citra ou extra petita, tendo sido válido, portanto, o julgamento de parcial procedência dos pedidos.

Com efeito, vislumbra-se que a irresignação da parte ora recorrente não merece guarida, uma vez que, elidir as conclusões do aresto impugnado, mormente quanto ao fato de que, *"tendo o sentenciante se valido do princípio da primazia da tutela específica, com a oferta de tutela apta ao alcance de resultado prático equivalente, na extensão cabível na espécie, não há falar, então, que a sentença tenha sido citra ou extra petita, tendo sido válido, portanto, o julgamento de parcial procedência dos pedidos"*, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 07/STJ.

A propósito:

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE EDIFICAÇÃO DE CONDOMÍNIO. RESCISÃO CONTRATUAL. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO CITRA PETITA E DISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. RECURSO IMPROVIDO.

1. A alegação de julgamento citra petita não é passível de análise em recurso especial se, para tanto, é necessário o reexame de circunstâncias fáticas da causa. Incidência da Súmula n. 7 do STJ.

2. A revisão dos critérios adotados pela Corte de origem para a fixação dos honorários advocatícios, com base no art. 20, § 4º, do CPC, em regra, é inviável em recurso especial, tendo em vista a necessidade do revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos.

Incidência da Súmula n. 7 do STJ. Precedentes.

3. Para se ter por caracterizado o dissídio jurisprudencial, faz-se necessário que, diante de um mesmo substrato fático, tenham os julgados confrontados adotado soluções discrepantes sobre a mesma tese jurídica, o que não se verifica no presente caso.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1248815/PB, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/03/2015, DJe 24/03/2015) - g.n.

Ademais, destaca-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO EXTRA OU CITRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA N. 83 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. "A apreciação do pedido dentro dos limites postos pelas partes na petição inicial ou na reconvenção não revela hipótese de julgamento ultra ou extra petita" (AgInt no AREsp 1.057.132/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 5/12/2017, DJe 15/12/2017).

2. Inadmissível o recurso especial quando o entendimento adotado pelo Tribunal de origem coincide com a jurisprudência do STJ (Súmula n. 83/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

Superior Tribunal de Justiça

(AgInt no AREsp 1271973/MT, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 08/04/2019, DJe 16/04/2019) - g.n.

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SENTENÇA CITRA PETITA. IMPROCEDÊNCIA DA ALEGAÇÃO. INOVAÇÃO. NÃO CABIMENTO.

1. Aplica-se o óbice previsto na Súmula n. 282 do STF quando a questão suscitada no recurso especial, não foi apreciada pela Corte a quo.

2. Apreciado o que foi alegado na petição inicial, não há que se falar em sentença citra petita.

3. É incabível, em sede de regimental, a parte inovar na argumentação, trazendo questões não aduzidas nas razões do recurso especial.

4. Se a parte agravante não apresenta argumentos capazes de infirmar a decisão regimentalmente agravada, deve ela ser mantida por seus próprios fundamentos.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 104.024/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/05/2014, DJe 23/05/2014) - g.n.

De outra parte, no que se refere à suposta ofensa ao art. 62 da Lei Complementar N. 78/2000, e ao art. 250 da Lei Complementar Municipal N. 034/94, importar destacar que melhor sorte não socorre à parte agravante, haja vista que, em sede de recurso especial, é inviável o exame de normas de caráter local, incidindo, pois, por analogia, a Súmula 280/STF.

Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. 1. APRECIÇÃO DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF. 2. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. OMISSÃO E DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 3. PRETENSÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO ORIUNDO DE PENSÃO POR MORTE. CONCLUSÃO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS FUNDADA NA LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA 280/STF. 4.

Superior Tribunal de Justiça

HONORÁRIOS RECURSAIS NO AGRAVO INTERNO. DESCABIMENTO. 5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A jurisprudência pacífica desta Casa dispõe que "não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, o exame de eventual ofensa a dispositivo da Constituição Federal, ainda que para o fim de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal (AgInt nos EREsp 1.082.463/DF, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, julgado em 18/12/2018, DJe 1º/2/2019).

2. Verifica-se que o Tribunal de origem analisou todas as questões relevantes para a solução da lide, de forma fundamentada, não havendo se falar em negativa de prestação jurisdicional.

3. **O exame de normas de caráter local é inviável no âmbito do recurso especial, em virtude da vedação prevista na Súmula 280 do STF, segundo a qual "por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".**

4. Não cabe a condenação ao pagamento de honorários advocatícios recursais no âmbito do agravo interno, conforme os critérios definidos pela Terceira Turma deste Tribunal Superior - nos EDcl no AgInt no REsp 1.573.573/RJ, desta relatoria, julgado em 4/4/2017, DJe de 8/5/2017.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AgInt no AREsp 1097369/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/06/2019, DJe 13/06/2019) - g.n.

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. VIOLAÇÃO DOS ART. 489 e 1.022 DO CPC. NÃO CONFIGURADA. VIOLAÇÃO DE RESOLUÇÃO. NÃO CABIMENTO. DESOBEDIÊNCIA DE REGRAS LOCAIS PARA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF.

1. Ação de Indenização por Danos Morais 2. Ausência de violação dos artigos 489 e 1.022, II, do CPC, haja vista que o Tribunal de origem apreciou a questão tida como omissa pelo recorrente.

3. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de resoluções, portarias ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88. Precedentes do STJ.

4. **Tendo o tribunal estadual decidido a questão à luz da**

Superior Tribunal de Justiça

legislação local, a pretendida inversão do julgado mostra-se inviável nesta instância especial ante o óbice da Súmula 280/STF, aplicada por analogia.

5. Agravo interno no recurso especial não provido.

(AgInt no REsp 1757599/AL, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/04/2019, DJe 02/05/2019) - g.n.

Destarte, melhor sorte não socorre à parte recorrente.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator